



# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**


---

#### **2. - Consolidação de Contas 2014**

Considerando o disposto na alínea l) do n.º 2, e do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar a os documentos de prestação de contas Consolidados relativos a 2014.**

#### **Votação:**

*Aprovada por maioria com 11 abstenções (1 BE; 3 CDU; 7 PSD)*



*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

---

**3. a) - Apoio à Freguesia: - União das Freguesias de Alvega e Concavada – XIV Feira Gastronómica e Cultural de Alvega**

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de Alvega e Concavada, no valor de quinhentos euros para a realização da XIV Feira Gastronómica e Cultural de Alvega.**

**Votação:**

*Aprovada por unanimidade*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*



# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

**3.b) - Apoio à Freguesia: – União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede – Cedência do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes**

Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de Abrantes e Alferrarede, com a cedência do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, para a realização de um Espetáculo Solidário – “Vamos ajudar a reconstruir a casa da Cremilde e do Jorge”, isentando o pagamento das respetivas taxas nos termos dos artigos 10.º e 13.º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.**

**Votação:**

*Aprovada por unanimidade*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**3.c) - Apoio à Freguesia: – Junta de Freguesia de Mouriscas – Cedência da Escola – 23ª Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia**

Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à Junta de Freguesia de Mouriscas com a cedência das instalações da Escola EB1/JI de Mouriscas, para a realização da 23ª Feira Mostra de Artesanato e Gastronomia.**

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade*

*[Assinatura]*  
26.6.2015

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal

*[Assinatura]*

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

*[Assinatura]*

Manuel Duarte dos Santos



Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

---

**3.d) - Apoio à Freguesia: – União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós – Corte de árvore**

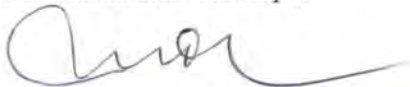
Considerando o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **aprovar o apoio à União das Freguesias de S. Facundo e Vale das Mós, com a cedência de meios materiais e humanos necessários ao corte de uma árvore.**

**Votação:**

*Aprovado por unanimidade*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

---

#### 4. - Extinção do protocolo para gestão do cemitério de Alferrarede

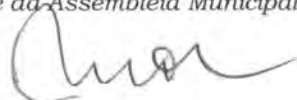
Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, sob proposta e com os fundamentos da Câmara Municipal, delibera **considerar extinto o protocolo de delegação de competências celebrado em 2002, entre a Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Alferrarede para gestão do cemitério, atendendo a que existe contrato interadministrativo com a União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede para gestão de cemitérios municipais que se situam no perímetro da freguesia, nos quais se inclui o cemitério de Alferrarede.**

Votação:

Aprovado por unanimidade

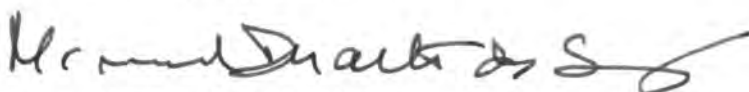
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

#### **5.a) - Compromisso plurianual: – Transportes escolares – vinhetas**

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de cartões (vinhetas) para os transportes escolares para o ano letivo 2015/2016.**

#### **Votação:**

*Aprovado por unanimidade*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*



Sessão ordinária – 26 de junho de 2015

### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

---

**5.b) - Compromisso plurianual: – Consulta jurídica – Dr. Montalvo**

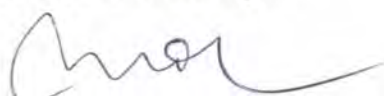
Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de serviços à sociedade “A.R. Montalvo & Associados – Sociedade de Advogados, RL”, em regime de avença na área da consulta jurídica, apoio técnico e de exercício do mandato forense, bem como dos demais atos próprios dos advogados.**

**Votação:**

Aprovado em minuta com  
um voto contra BE

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos





# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**5.c) - Compromisso plurianual: – Consulta jurídica – Dr<sup>a</sup> Paula Milho**

Considerando o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à aquisição de serviços à advogada Ana Paula da Piedade Milho, em regime de avença na área da consulta jurídica, apoio técnico e de exercício do mandato forense, bem como dos demais atos próprios dos advogados.**

**Votação:**

*Aprovado por maioria com  
um voto Contra BE e  
cinco abstenções PSD*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**5.d) - Compromisso plurianual: – Manutenção dos extintores adstritos ao Município de Abrantes**

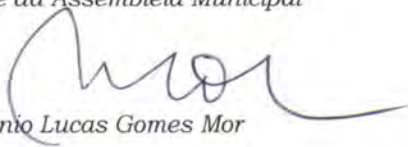
Considerando o disposto na alínea c) do n° 1 do artigo 6º, da Lei n° 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei n° 127/2012, de 21 de junho, e nos n°s 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n° 197/99 de 8 de junho, em vigor conforme a alínea f) do n° 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n° 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes delibera **autorizar a assunção do compromisso plurianual com vista à celebração do contrato de aquisição de serviços de “Manutenção dos Extintores adstritos ao Município de Abrantes.**

**Votação:**

*Aprovado por maioria com  
uma abstenção do BE*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n°s 3 e 4 artigo 57º, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

  
*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*

  
*Manuel Duarte dos Santos*

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**5.e) - Compromisso plurianual: – Aquisição de licenciamento Microsoft**

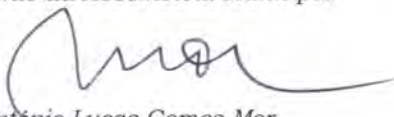
Considerando o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, e nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e com base nos demais fundamentos da proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Abrantes deliberar **autorizar a assunção do compromisso plurianual referente ao procedimento pré-contratual para aquisição de licenciamento Microsoft.**

**Votação:**

*Aprovado em maioria com um  
voto contra do BE*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*



*António Lucas Gomes Mor*

*1º Secretário*



*Manuel Duarte dos Santos*





# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**6. - Autorização de procedimento concursal para cinco assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes**

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar a abertura de procedimento concursal de recrutamento para cinco assistentes operacionais – Serviços Municipalizados de Abrantes.**

**Votação:**

*Aprovado em unanimidade*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*





# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

#### **7. - Alteração ao Mapa de Pessoal**

Considerando o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal delibera **aprovar** a **Alteração ao Mapa de Pessoal**, conforme documento anexo.

#### **Votação:**

*Aprovado por unanimidade*

*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Presidente da Assembleia Municipal*

*António Lucas Gomes Mor*

*1.º Secretário*

*Manuel Duarte dos Santos*

[illegible]

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)										Trabalhadores ausentes por motivo de:						
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço		CIP		Mobilidade		CIP	M	LsR		
			P	AP	Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P	AP					
					P	AP	P	AP											
Carreiras gerais - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas																			
Aos técnicos superiores, de acordo com a sua área de formação e as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos,com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividadesde apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns,instrumentais e operativas dos órgãos e serviços.Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade,tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Tecnico Superior	Tecnico Superior	78	5 d)	1										5 d)	2 e)	1		
Aos coordenadores técnicos compete nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, exercer funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	11	1												1			
Aos assistentes técnicos, de acordo com as competências e atribuições da unidade organica em que estão inseridos compete exercer as funções previstas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nomeadamente, funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.	Assistente Técnico	Assistente Técnico	102	3 f)												3			1



[illegible]



[illegible]

Atribuições/ Competências/ Actividades	Carreira	Categoria	Postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respectivas actividades (artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)											Trabalhadores ausentes por motivo de:				
			RJEPTI		RJEPTD				Comissão de serviço			CIP		Mobilidade	CIP	M	LsR	
					Tempo total		Tempo parcial		P	AP	P	AP	P					AP
			P	AP	P	AP	P	AP						P	AP	P	AP	
Aos fiscais municipais, compete exercer as funções previstas no Despacho SEALOT nº20/94, publicado no Diário da Republica nº110 de 12 de Maio de 1994, nomeadamente, fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública., publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal Especialista	2															
		Fiscal Municipal 1ª classe	2															
		Fiscal Municipal 2ª classe	1															
Aos fiscais de obras, compete exercer as funções previstas no Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 36 de janeiro de 1989, nomeadamente fiscalizar os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtem todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.	Fiscal de obras	Fiscal de Obras	1															
		chefe	0													1		
		bombeiro de 1ª	0														2	
Ao bombeiro profissional, compete exercer as funções de socorro à população, nomeadamente as previstas no Dec-Lei nº 106/2002 de 13/04 e no Dec-Lei nº 241/2007 de 21/06, com as alterações que lhe foram introduzidas.	bombeiros	bombeiro de 2ª	5														3	1
		TOTAL	335	11	1	0	0	0	0	8	6	0	0	2	7	3	2	2



Legenda:

P: Posto de trabalho providos

AP: Postos de trabalho a prover

RUEPTI: Relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado

RUEPTD: Relação jurídica de emprego publico por tempo determinado ou determinável

CIP: Cedência de Interesse publico (entidades de origem ou de destino, consoante o fluxo, não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

M: Mobilidade (entidades empregadoras publicas de origem ou de destino, abrangidas pelo ambito de aplicação objectivo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)

LsR: Licença sem remuneração

Observações:

- a) Quatro técnicos superiores do mapa de pessoal do Município de Abrantes, encontram-se em comissão de serviço, como Chefes de Divisão, três dos quais em regime de substituição
- b) Recrutamento para três Chefes de Divisão, para a Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão do Capital Humano; Divisão de Cultura, Património e Desporto e Divisão de Gestão de Projetos e Produção
- c) Recrutamento para dois Dirigentes de 3º Grau, para as Unidades Organicas de 3º Grau de Ambiente e Sustentabilidade e de Desenvolvimento Económico e Turístico
- d) Recrutamento para cinco postos de trabalho, ocupados em mobilidade, com formação superior nas áreas de linguas; de ciências documentais; de gestão turística e Cultural; de administração pública e de engenharia civil.
- e) Dois postos de trabalho em mobilidade, um com formação superior em História outro em Economia
- f) Recrutamento para três postos de trabalho de assistente técnico, que se encontram ocupados em mobilidade
- g) Recrutamento para cinco postos de trabalho, um para funções de electricista, dois para funções de pintor de Construção Civil e um para funções de Eletricista Auto.
- h) Recrutamento para um posto de trabalho com formação em curso que confira certificação da qualificação de nível 3 na área de informática

# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

**8. – Moção – Contra a Privatização do troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes –  
Proposta do BE**

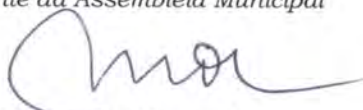
Considerando o disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o qual compete à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município, a Assembleia Municipal delibera:

**Votação:**

Aprovado por maioria, votos a  
favor 4, (1 BE + 3 CDU) e  
27 (vinte e sete) abstenções  
(1 CDS/PP; 19 PS; 7 PSD)

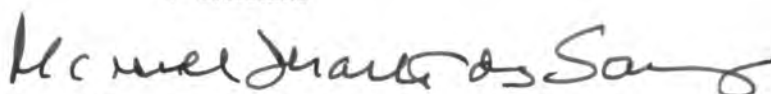
*Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1.º Secretário



Manuel Duarte dos Santos





Exmo. Sr. Presidente da  
Assembleia Municipal de Abrantes

Ao abrigo da legislação aplicável, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, solicita que seja integrada, no Período da Ordem do Dia, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 26 de Junho de 2016, a seguinte moção:

**Moção-Contra a Privatização do troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes**

É de conhecimento público que o Governo tenciona privatizar o troço da A23 entre Torres Novas e Abrantes. Se esta privatização se concretizar, será efectiva a colocação de pórticos em todas as entradas e saídas e o aumento das portagens ou do pagamento de troços que, até à data, se mantêm gratuitos - do qual é exemplo o troço Montalvo -Abrantes Oeste, o que irá ter consequências negativas para as populações e empresas de uma vasta região onde se incluiu o concelho de Abrantes.

Com esta privatização cai por terra os esforços de voltar a tornar a A23 uma via de comunicação livre de portagens, factor incontornável na sua construção dado ser considerada uma ferramenta imprescindível no desenvolvimento económico dos distritos que liga.

**A Assembleia Municipal de Abrantes reunida em sessão Ordinária delibera que:**

1. Face à intenção do Governo, a Assembleia Municipal de Abrantes, recomenda ao Governo de Portugal que não avance com a privatização da A23 dado os danos evidentes para a economia de uma vasta região;
2. Porque se trata de uma questão que abrange vários concelhos do Médio Tejo, recomenda-se que a Comunidade Intermunicipal MedioTejo se reúna com os restantes autarcas da região de forma a haver uma tomada de posição conjunta no sentido de sensibilizar o Governo para esta questão;
3. Por ser um assunto de máximo interesse público, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera que esta moção seja enviada, além do Governo de Portugal, para a Assembleia da República, Assembleia Municipal de Constância, Entroncamento e Torres Novas e para a comunicação social regional.

Abrantes 18 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armando Silveira

# MUNICÍPIO DE ABRANTES

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Sessão ordinária – 26 de junho de 2015**

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

---

#### **9. – Auscultação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Proposta do BE**

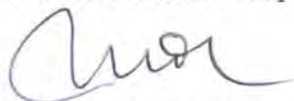
Considerando o disposto no nº 5 do artigo 25º, e o nº 2 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Abrantes, delibera **convocar** a **Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo para a próxima sessão ordinária para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área da comunidade intermunicipal do município.**

#### **Votação:**

Rejeitada a proposta, com onze (11)  
votos (1 CDS/PP + 10 PS), treze (13)  
abstenções (6 PS + 7 PSD) e a  
favor quatro (4), (1 BE + 3 CDU)

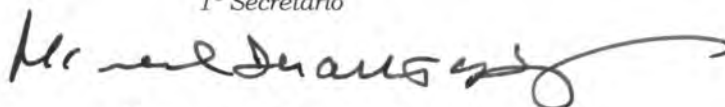
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos



**Bloco de Esquerda**

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Abrantes

Ponto 9)

Exmo. Sr. Presidente da  
Assembleia Municipal de Abrantes

### **Proposta de auscultação da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

Ao abrigo da legislação aplicável, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, solicita que seja integrada, no Período da Ordem do Dia, na sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 26 de Junho de 2016, a seguinte proposta:

Estando cada vez mais os territórios ligados e interdependentes uns dos outros, sendo a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) uma instituição com cada vez mais intervenção no território do Médio Tejo, a Assembleia Municipal de Abrantes, reunida em sessão Ordinária, delibera convocar a CIMT para estar presente na próxima sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Abrantes para prestar os esclarecimentos que cada bancada parlamentar achar conveniente e que se enquadre no âmbito de actuação da referida entidade.

Abrantes 18 de Junho de 2015

(O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda)

Armindo Silveira